

Planalto tenta atrasar ferias

parlamentares

Convencido de que a campanha eleitoral para prefeito e vereador vai esvaziar o Congresso a partir de agosto, o Governo preparou uma estratégia para adiar o início das férias dos deputados e senadores e ganhar mais um mês para as votações.

Para esticar os trabalhos do Congresso até o final de julho, o Governo está disposto a atrasar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Constituição determina que os parlamentares não podem entrar em recesso sem votar a LDO.

“Depois de agosto, a campanha eleitoral vai para o Congresso”, argumenta o líder do Governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE). A estratégia, batizada de semestralão, pretende garantir mais tempo para o secretário de Governo, Jorge Bornhausen, reunir a maioria de votos dos deputados e senadores para aprovar projetos considerados “prioritários”. Parte desses projetos está engavetada há mais de um ano por falta de apoio político — quadro que o Governo espera reverter depois da distribuição de cargos aos partidos aliados.

Bornhausen trabalha em duas frentes para conseguir votos. Na Câmara, o ministro investe na adesão de dois novos partidos à base de sustentação do Planalto — o PRS, do governador de Minas, Hélio Garcia, e o PST, presidido pelo ex-governador do Paraná, Álvaro Dias.

A meta do Governo é aprovar até o início das férias dos parlamentares a criação de dois novos impostos — sobre combustíveis e sobre o saldo devedor do Sistema Financeiro da Habitação, que dependem de emenda constitucional, além de um ajuste fiscal.